

Vila Rica em sátiras



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade

TÉRESA DIB ZAMBON ATVARS



Conselho Editorial

Presidente

MÁRCIA ABREU

ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL – EUCLIDES DE MESQUITA NETO

MÁRCIO BARRETO – MARCOS STEFANI

MARIA INÊS PETRUCCI ROSA – OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR.

RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

Adriana Romeiro

VILA RICA EM SÁTIRAS

Produção e circulação de pasquins
em Minas Gerais, 1732

Para minha mãe, *in memoriam*

AGRADECIMENTOS

Ao longo da pesquisa que deu origem a este livro, contei com o auxílio valioso de diversas agências de financiamento. Agradeço, em primeiro lugar, ao CNPq, que me concedeu uma bolsa de pós-doutorado, graças à qual pude realizar uma parte considerável do estudo em bibliotecas e arquivos espanhóis. Por meio do Programa de Pesquisador Mineiro, a Fapemig financiou uma estada de investigação em Portugal, quando então consultei as fontes documentais necessárias para a elaboração deste estudo.

Meu reconhecimento se estende também à Fundación Carolina, cuja bolsa de Movilidad de Profesores de Universidades Públicas Brasileñas, obtida em duas ocasiões diferentes, permitiu-me expandir o horizonte da investigação, incorporando o debate sobre a sátira na Espanha dos séculos XVII e XVIII. Sou especialmente grata ao professor José Martínez Millán pela acolhida generosa no Instituto Universitario “La Corte en Europa” (Iulce), sediado na Universidad Autónoma de Madrid, onde realizei o pós-doutorado em 2013.

Sou grata a Dom Francisco Barroso Filho, bispo emérito de Oliveira, pela contribuição valiosa na tradução do latim de parte das sátiras, e a Herinaldo Oliveira Alves, que nos colocou em contato. Angela Vianna Botelho, amiga de tantos anos, foi uma

grande incentivadora do projeto, apoiando-me com a sua generosidade habitual.

Graças ao amigo querido e interlocutor competente Tiago C. P. dos Reis Miranda, as sátiras chegaram às minhas mãos, cruzando mais uma vez o Atlântico, para retornar, dessa vez, ao seu local de origem. Tiago esteve presente o tempo todo, partilhando comigo o fascínio por esse material extraordinário. Generoso, transcreveu parte das sátiras, comentou a versão final, sugerindo modificações e apontando caminhos... Com rigor e cuidado, ajudou-me também na revisão dos originais para publicação. Sem ele, este livro não existiria. A ele, a minha gratidão infinita!

É difícil não compor uma sátira: quem pode suportar uma cidade iníqua?

Juvenal

SUMÁRIO

OS PASQUINS DE VILA RICA.....	13
A SÁTIRA E O GOVERNADOR.....	89
AS SÁTIRAS DE VILA RICA	
<i>Notas à transcrição.....</i>	165
<i>Cópia de uma carta que o capitão-mor [...]</i>	167
<i>Romance satírico em que se descrevem as ações [...]</i>	212
<i>Escritura condicional de Liberdade [...]</i>	243
<i>Obra cômica, ou satírica descrição dos canotados indiscretos [...]</i>	246
<i>Segundo Ofício que mandou fazer Pedro da Costa Guimarães [...]</i>	252
NOTÍCIAS BIOGRÁFICAS.....	261
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	303
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	327

OS PASQUINS DE VILA RICA

O arquivo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC) guarda um curioso conjunto de papéis satíricos, escritos em Minas Gerais no ano de 1732. São, ao todo, cinco peças, que trazem em seus títulos alusão ao nome de D. Lourenço de Almeida, governador daquela capitania entre 1721 e 1732. Até onde se sabe, não existe cópia desse material em nenhuma outra instituição, exceto a peça intitulada “Carta destinada a D. Lourenço”, depositada também na Coleção Pombalina, da Biblioteca Nacional de Portugal.¹ Além da referência constante do *Catálogo das Fontes do Arquivo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, apenas Caio Boschi, em seu inventário das fontes mineiras preservadas em arquivos portugueses, dá notícia da sua existência.² Surpreendentemente, esses papéis satíricos não despertaram a curiosidade dos estudiosos, permanecendo até hoje praticamente desconhecidos.³

Seguem os títulos das peças que formam esse instigante *corpus satyricum*:

- 1) *Cópia de uma carta escrita de Vila Rica em 15.10.1732, com uma Dedicatória a Nicolao Antunes Ferreyra q' Supposto seja costume observado entre os Autores por as suas dedicatorias nos*

principios das obras nam reparem os zoylos hir esta no fim, porque como o Messenas que este elegeo lhe nega a sua protecção por lhe ser a obra picante, se lhe fãz preciso eleger Segundo. Como o próprio nome indica, é uma carta atribuída a Nicolau Carvalho de Azevedo e destinada a D. Lourenço de Almeida, que se encontrava então no Rio de Janeiro, prestes a retornar a Portugal. Supostamente escrito em Vila Rica em 25 de setembro de 1732, o texto, em prosa, é recheado de citações bíblicas em latim, passagens de autores latinos como Ovídio, Juvenal, Plauto e Cícero, de teólogos como Michaelis Verinus, Natalis Comes, Claudiano, além de inúmeras referências mitológicas.

- 2) *Romance satírico em q' se descrevem as acções de hum tam illustre Heroe como he Dom Lourenço de Almeyda, escriptas em dialogo, em que falla o secretário João da Costa Carneyro, o mesmo Dom Lourenço, e o padre Phelippe de Almeyda, reduzindo-o a que faça testamento, interpretando mettaforicamente a morte pela entrega que faz do governo destas Minas, em que só hé empenho do Autor, dar algum divertimento aos moradores dellas, que ha tantos annos gemem debayxo do captiveiro deste inhumano faraó, por cujo motivo o tem tomado por seu Mecenas.* Acompanha esse romance uma breve dedicatória, colocada no final, e dirigida a Nicolau Antunes Ferreira. Trata-se do poema mais longo desse conjunto, com 154 versos.
- 3) *Escriptura condicional de Liberdade q' da Dom Lourenço de Almeyda aos moradores das Minas.* O documento teria sido redigido supostamente pelo tabelião Manuel Vaz Fagundes, a pedido de D. Lourenço de Almeida, em Vila Rica, em 13 de setembro de 1732.
- 4) *Obra commica, ou Satirica discripção dos Cannotados indiscretos de Dom Lourenço de Almeyda Governador destas Minas.* É a peça mais breve do conjunto, e parece estar incompleta. A

- partir dos versos do salmo 51, o autor faz a repreensão pública dos pecados do governador. Trata-se da “sátira latina tirada de vários salmos, em que lhe cantam o Saltério”, referida por uma carta depositada na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).
- 5) *Segundo Offo. Que mandou fazer Pedro da Costa Guimarães pela Alma de D. Lourenço, reformado pelo mesmo Auctor.* Traz uma descrição dos preparativos para os ofícios fúnebres do governador, com a indicação das pessoas que participariam deles, uma vez que, em razão da ambição do falecido, os sacerdotes se recusaram a organizá-los. Além das citações latinas, a sátira relaciona os nomes de várias pessoas que viviam, à época, na capitania das Minas Gerais.

Desse conjunto, apenas uma se perdeu – a *Carta de excomunhão, em resposta à uma carta que D. Lourenço de Almeida escreveu a Manoel de Queiroz* –, como se depreende pelo exame da *Cópia de uma carta escrita de Vila Rica*, que lista todos os papéis que circularam naquela ocasião. O cruzamento das informações contidas nesse *corpus*, com outras fontes paralelas no tempo e/ou no espaço, revela que o propósito dos papéis era festejar a partida do governador, representado como homem venal e iníquo, e, para fazê-lo, encenavam-se, parodicamente, as suas exéquias, da qual faziam parte, além dos ofícios fúnebres, o testamento e a confissão *in extremis*. Principal alvo das sátiras, D. Lourenço figura aí como a personagem central de uma rede formada tanto pelos homens que perseguiu e maltratou, quanto por aqueles que desfrutaram de sua proteção.

Sobre o contexto de circulação, os indícios disponíveis permitem situar, com alguma precisão, não só o marco temporal, mas também a forma como as sátiras se propagaram geograficamente. Com base numa carta anônima escrita em Vila Rica, em outubro de 1732, é possível reconstituir o ritmo de difusão desses panfle-

tos: assim, pouco antes da chegada do novo governador, o conde das Galveias, em 29 de agosto daquele ano, “se espalhou nela [*Vila Rica*] um papel injurioso fazendo nele uma procissão de enterro a D. Lourenço em que metiam várias pessoas principais para assistirem”. Depois da partida do ex-governador para o Rio de Janeiro, outros “papéis mais agravantes” vieram à luz: o romance satírico e a escritura de alforria.⁴ Desse modo, é legítimo concluir com segurança que as sátiras circularam em Vila Rica entre agosto e setembro de 1732.

É irresistível indagar se teria D. Lourenço presenciado a vituperação pública de seu governo. Sabe-se que ele deixou Vila Rica em 13 de setembro, ou seja, 12 dias depois da posse do seu sucessor – ainda que, mais tarde, viesse a relatar que estivera nas Minas até o dia 16 de setembro, num total de “onze anos, um mês e quatro dias”.⁵ Apesar da ligeira discrepância das datas, não há dúvida de que ele ainda se encontrava em Vila Rica quando os papéis principiaram a circular. Na realidade, os papéis o perseguiriam até Lisboa: remetidos anonimamente a várias pessoas da Corte, aonde chegariam meses depois, eles foram embarcados na mesma nau em que viajava a sua principal personagem. E, uma vez em Portugal, atraíram a atenção de um caderno de notícias da Corte, o *Novidades de Lisboa*, que, tomando conhecimento da existência deles, informou aos seus leitores que “os povos que tinham vivido martirizados no tempo do seu governo, não achando em que se desafogar da pena que padeciam, lhe fizeram na despedida várias sátiras em prosa e verso, e algumas as mandaram fechadas, com nomes a várias pessoas desta Corte sem se saber quem as mandou...”.⁶

A trajetória desses papéis – de Vila Rica a Lisboa, passando pelo Rio de Janeiro – põe em evidência a força de circulação dos manuscritos na sociedade da Época Moderna, suficiente para romper as fronteiras dos sertões mineiros, cruzar o oceano Atlân-

tico e espalhar seu conteúdo cáustico no centro político do Império português.⁷ É bem possível que os panfletos localizados no Arquivo da Biblioteca Geral de Coimbra sejam cópias – quiçá os originais – daqueles que navegaram até o Reino, em companhia de D. Lourenço.

Dos papéis

Dos “papéis injuriosos”, uma das peças mais longas – e aquela que também se destaca pela qualidade literária, superior em relação às demais – é o *Romance satírico*, diálogo entre o governador, agonizando à beira da morte, e o padre Felipe de Almeida, que se esforça, a todo custo, para convencê-lo a ditar o próprio testamento, pois que a salvação do moribundo dependia da restituição do que fora por ele roubado durante a passagem pelo governo das Minas. Diante da firme resistência de D. Lourenço, alegando que, se assim o fizesse, o filho ficaria reduzido à mais extrema pobreza, o padre trata então de lhe avivar a memória, rememorando todas as suas “insolências” e “violências” – e é precisamente disso que trata o romance. Ao final, persuadido pela força da prédica, o governador sucumbe aos apelos do sacerdote, convocando o secretário João da Costa Carneiro para providenciar a redação do testamento. Em linguagem jocosa e cômica, ele passa então a ditar suas disposições finais, confessando que furtou muito a muitos, e, assim arrependido, dá o seu último suspiro. É da boca do padre, em sua longa e dura admoestação, que saem os ataques ao moribundo, na forma de denúncias à sua atuação como governador – técnica, de resto, bastante eficaz para os objetivos a que se propunha a sátira.⁸

Do ponto de vista formal, a sátira, constando de 154 quadras, com versos em redondilha maior, obedece à forma do romance –

aliás, um *romancillo* ou romance breve,⁹ em razão da forma métrica – com rima toante nos versos pares, e os ímpares, soltos –, que nem sempre é mantida ao longo do poema. Seguindo a estrutura narrativa característica dessa composição, a sátira divide-se em quatro partes: a apresentação do quadro geral, feita pelo narrador; a descrição da situação inicial – a insistência do padre para que o governador ditasse seu testamento; a complicação – a recusa do governador – e, por fim, a resolução – a confissão e o testamento. Não é por acaso que se optou pelo romance, uma forma poética profundamente arraigada na tradição ibérica, de feição bem popular, muito adotado na poesia satírica, ao lado da letrilha e da décima. Com grandes recursos narrativos, foi o gênero histórico-narrativo por excelência da poesia tradicional espanhola do século XVII, muito apropriado para narrativas longas e coerentes, convertendo-se, por isso mesmo, na forma mais popular de transmissão poética das notícias, a exemplo dos romances de cegos sobre batalhas, tragédias, assassinatos ou execuções, e das composições de Góngora e Lope de Vega.¹⁰

O *Romance satírico* é, na verdade, uma paródia da confissão *in extremis* – um dos rituais essenciais à boa morte, de acordo com a doutrina cristã vigente à época. Às portas da morte, o católico deveria receber ao menos um dos três sacramentos *ante mortem*: penitência, eucaristia e extrema-unção. A penitência consistia no arrependimento sincero e na confissão a um sacerdote, e tinha por objetivo obter o perdão pelos pecados cometidos ao longo da vida, assegurando-se assim a salvação.¹¹ Sobre esse momento de contrição e penitência, o padre Manuel Bernardes escreveu, em seus *Exercícios Espirituais*, que “se fores contra ti testemunha fiel não dissimulando as culpas, e testemunha veloz, não retardando a penitência”, o confitente só encontraria alegria no juízo que o aguardava.¹² Depois de recebido o sacramento da confissão, o moribundo passava então a ordenar o próprio testa-

mento. De acordo com o *Breve aparelho e modo fácil para ensinar a bem morrer um cristão*, do jesuíta Estevam de Castro, publicado pela primeira vez em 1621, competia ao sacerdote tratar desse assunto de forma direta e objetiva, advertindo o penitente sobre os perigos daquele momento, incitando-o a se “aparelhar no de fora”, isto é, a dispor de seus bens, pagando o que devia e restituindo “o mal ganhado, satisfazendo ao próximo qualquer dano, ou injúria, que ele tenha feito, perdoar as ofensas e agravos, que outros lhe fizeram”. Depois da confissão, do testamento e da eucaristia – “único remédio de todos os males” –, o moribundo encontrava-se finalmente apto para receber o sacramento da extrema-unção, cuidando o sacerdote que o fizesse “antes de perder o juízo natural”, o que lhe proporcionaria “armas convenientes para aquele tempo da batalha última, e mais fortes tentações”.¹³

Foi no século XV que se consolidaram certas fórmulas satíricas, extraídas do universo religioso, a exemplo das confissões, dos sermões, dos salmos, dos misereres e das orações, que viriam a conhecer depois, no século XVII, o seu apogeu, avançando pelo século XVIII adentro.¹⁴ O emprego de fórmulas consagradas pela tradição e, por isso, memorizadas por todos facilitava muito a disseminação da paródia nos meios populares, garantindo a eficácia da sátira. Para Bakhtin, a paródia configurava uma das três grandes categorias da cultura cômica popular que haviam florescido a partir da Idade Média, assumindo tanto a forma oral, quanto a escrita. Paródias das liturgias, das orações, dos ritos e dos salmos, como as versões chistosas de testamentos, epitáfios e pais-nossos, traduziam uma visão de mundo carnavalesca, em contraposição à seriedade da cultura oficial.¹⁵

Na Península Ibérica, as folhas soltas ou volantes em Portugal e os *pliegos sueltos* na Espanha, vendidos em praças, mercados e feiras, ofereciam ao público um repertório vasto e diversificado de paródias religiosas, como se pode ver no *Catálogo de Arnaldo*

Saraiva: dentre os folhetos populares arrolados desde 1602, figura um grande número de epitáfios, testamentos, suspiros e confissões, atestando sua disseminação num arco temporal longo.¹⁶

Das paródias derivadas da cultura religiosa, aquelas em forma de testamento constituíam, sem dúvida, a modalidade satírica favorita da poesia vexatória medieval, porque se prestavam bem à imputação de defeitos, culpas ou vícios aos indivíduos que se pretendia ridicularizar. Exemplos célebres dessa tradição ibérica são o romance satírico intitulado *Testamento de Don Quijote*, de Quevedo; e o anônimo *Testamento de la reina, que Dios haya*, dedicado a Maria Bárbara de Portugal, com versos escandalosos como: “Testó la reina, y concuerda/Con variedad de opiniones/Que dio a Portugal millones/Y a España ¿qué? – mucha mierda./Pase, y porque nadie pierda/Lo que lo toca, concluyo/Por la ley de lo tuyo tuyo/Que el testamento es siniestro,/Pues dio a Portugal lo nuestro/Y a nuestra España lo suyo”.¹⁷

Com efeito, coube à sátira política – mas não só a ela – explorar a maledicência e a mordacidade dos testamentos e epitáfios paródicos, principalmente na Espanha do século XVII, quando atingiu ali proporções inauditas, convertendo-se numa das armas preferidas contra os validos – os alvos privilegiados dos poetas. Dentre os vícios mais condenados, estavam o roubo e a ambição desmedida, como se vê no epitáfio intitulado *Al sepulcro de don Rodrigo Calderón*: “Aquí yace Calderón, que tuvo tan buena suerte, que en la vida y en la muerte pareció al buen ladrón”.¹⁸ Nem mesmo depois de morto o conde duque de Olivares – o valido mais atacado na sátira política espanhola – escapou da ferocidade dos seus detratores:

Llegó, en efecto, al infierno
y halló sus puertas abiertas,
para que, como en su casa,
se entre en sus penas eternas.¹⁹